

## ENTRE PERFORMANCES E DISSIDÊNCIAS: (IN)VISIBILIDADE DA DIVERSIDADE SEXUAL E O NOME SOCIAL NA ESCOLA

Edilânia de Paiva Silva (1); Eliene Maria Sales Santos (1); Emanuela Oliveira C. Dourado (2);  
Fabiana Lopes Cavalcante (3); Lucemberg Rosa de Oliveira (4);

*Universidade do Estado da Bahia (UNEB, DCH IV) edipaivasn@hotmail.com; liusalys10@gmail.com;  
emanueladourado2003@yahoo.com.br; fabianacavalcante08@hotmail.com; lucembergdo@hotmail.com.*

### Resumo

Este trabalho pretende compreender como as múltiplas identidades de gênero são vistas pela instituição escolar, a partir da diversidade sexual presente em seu contexto e como estas incidem no processo de inserção do nome social, entrelaçando aos pressupostos que teorizam a temática. Na perspectiva traçada para este trabalho consideramos o contexto multicultural da sociedade, a transitoriedade e fragmentação das identidades, bem como a necessidade da escola se configurar como espaço legítimo de discussão da diversidade sexual e reconhecer-se como ambiente de respeito às diferenças. No contexto de crise das identidades, este estudo qualitativo constitui-se em uma análise bibliográfica e aproximação empírica que se utiliza da entrevista narrativa, acrescida de mapeamento sistemático visando dar maior sustentação ao texto. O presente artigo está embasado na perspectiva dos Estudos Culturais proposta por S. Hall e Tomaz T. da Silva, num viés pós-estruturalista, por considerar que estes baseiam – se nas reflexões que se desenvolvem acerca da diversidade e, por serem orientados pelas relações de poder e dominação, que existem entre as diferentes culturas e que devem ser questionadas e contestadas. O marco teórico utilizado perpassa pela discussão sobre a identidade e diferença numa relação de interdependência e a compreensão dos conceitos de gênero e identidade de gênero, a partir da diversidade sexual. Diante das reflexões realizadas, consideramos necessário fazer o tensionamento da diversidade presente no contexto escolar e sua interseccionalidade com a raça, gênero e geração, a fim de promover o debate e realizar os desdobramentos e enfrentamentos das questões referentes à temática.

**Palavras-chave:** Identidade, Identidade de gênero, Nome social, Diversidade sexual.

### NOTAS INICIAIS

As primeiras aproximações com a temática deste estudo aconteceram nas aulas da disciplina Gênero, etnia e práticas escolares, do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (UNEB) e, nos levaram a muitos questionamentos em relação às subjetividades das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais e intersexuadas (LGBTTTI), a fim de chegar a alguns entendimentos sobre a diversidade sexual. Uma vez que o estudo se desenvolve no campo educacional, espaço que possibilita a interação com a diversidade presente no contexto escolar é importante destacar que a problematização que nos levou a ele, ocorreu a partir de algumas situações vivenciadas no cotidiano escolar.

Foram elas que nos convidaram a pensar a realidade empírica que envolve essa temática e a relação que estabelece com as práticas educativas da escola. Como exemplo, citamos o relato de

uma mãe de estudante que, preocupada, se queixava da relação da filha com outra pessoa do mesmo sexo. Dentro da escola, em outro exemplo, uma profissional, ao ver um aluno demonstrando uma performance, perguntou se aquilo era “viadagem ou era o quê?”. Contudo, dois episódios, foram decisivos para assumirmos a necessidade de compreender a temática. Um deles foi quando uma de nós foi questionada por um jovem estudante sobre o procedimento e os documentos para a inserção do seu nome social na escola, para o reconhecimento da sua identidade de gênero. Outro foi ao observar um grupo de estudantes, no qual uma falava com as demais sobre diversidade sexual, a partir da sua compreensão, que apresentava muitos equívocos e preconceitos.

Portanto, este estudo de cunho qualitativo pretende compreender como são vistas as identidades de gênero pela instituição escolar, a partir da diversidade sexual presente em seu contexto, e como concebe a inserção do nome social, entrelaçando aos pressupostos que teorizam a temática. Para tanto, utilizamos como marco a teoria dos Estudos Culturais proposta por Stuart Hall e Tomaz T. da Silva, num viés pós-estruturalista.

Conforme Canen e Moreira (1999), os Estudos Culturais têm como principal objeto de estudo os fenômenos culturais e surgem na Inglaterra, cujas origens se encontram na Sociologia e que incorporam categorias da Antropologia, bem como os discursos provenientes do marxismo, feminismo, pós-estruturalismo e pós-modernismo e tem, contemporaneamente, Stuart Hall como o principal representante. Tais estudos adentraram o campo da educação no Brasil, na década de 1990, a partir das discussões sobre currículo apresentadas por Tomaz T. da Silva.

No livro intitulado *“A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”*, Hall (1997) menciona a “virada cultural”, a partir da qual se repensa o papel da cultura na formação das identidades e destaca a centralidade da cultura, seu caráter constitutivo e regulativo para a vida social, desde os meados do século XX. Outro aspecto para a disseminação dos estudos culturais está em Hall (2015) que se utiliza da expressão “modernidade tardia” para denominar o período atual representado pelo processo de mudanças e transformações das identidades sociais a partir da ótica de que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, fragmentando o sujeito moderno.

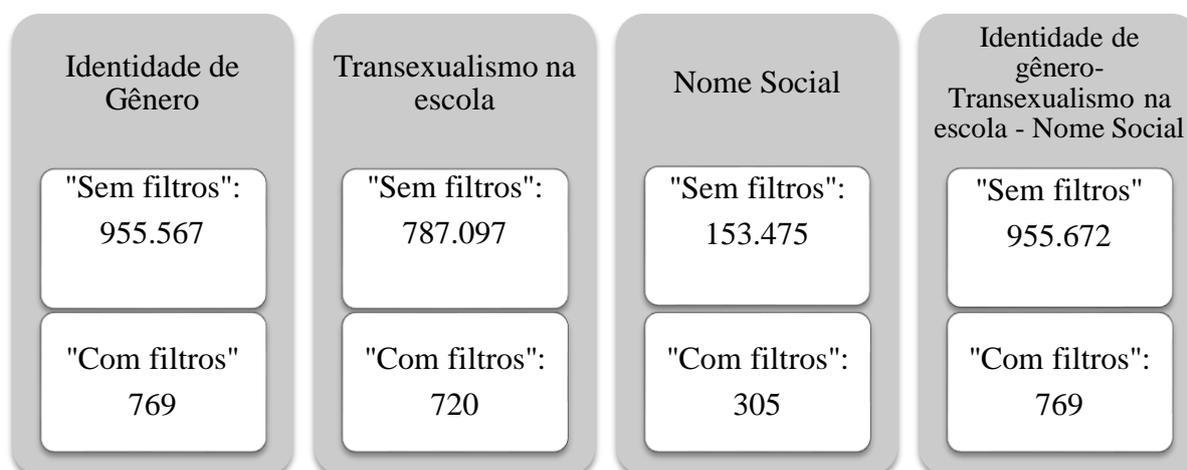
Desse modo, a diversidade sexual e a discussão da identidade de gênero surgem no campo político e teórico que define a questão das identidades como diversas, múltiplas e plurais, em constante processo de construção. Para Woodward (2004), as identidades sexuais também estão mudando, tornando-se mais questionadas e ambíguas e sugerindo mudanças e fragmentações.

Nessa proposta, explicitaremos, através de uma breve revisão sistemática, o levantamento das pesquisas realizadas pelas universidades baianas sobre a identidade de gênero e a diversidade sexual, na perspectiva da inserção do nome social no contexto escolar, no período de 2013 a 2016. Em seguida, abordaremos sobre a construção da identidade e da diferença, sendo necessário conceituar a identidade de gênero e a diversidade sexual, bem como apresentar alguns dispositivos legais que estabelecem a regulamentação do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, encerrando com breves considerações sobre o assunto em discussão.

## 1 O PONTO DE PARTIDA

Para uma melhor compreensão desta temática, o nosso ponto de partida foi uma busca no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), a fim de buscar maiores subsídios para o estudo, sob a ótica das pesquisas já concluídas. Para isso, utilizamos como dimensão temporal o período de 2013-2016, como explicitado. Outra dimensão que consideramos relevante foi a espacial, a localização das instituições proponentes das investigações e, assim, filtramos as pesquisas realizadas pelas Universidades Estaduais e Federais Baianas, considerando a área de conhecimento – Educação. Para o levantamento das pesquisas sob a ótica do objeto de estudo presente neste artigo, aplicando todos os filtros (temporal-espacial-área de conhecimento), consideramos pertinente utilizar como conectores: identidade de gênero, transexualismo na escola e nome social, para os quais encontramos os resultados que seguem.

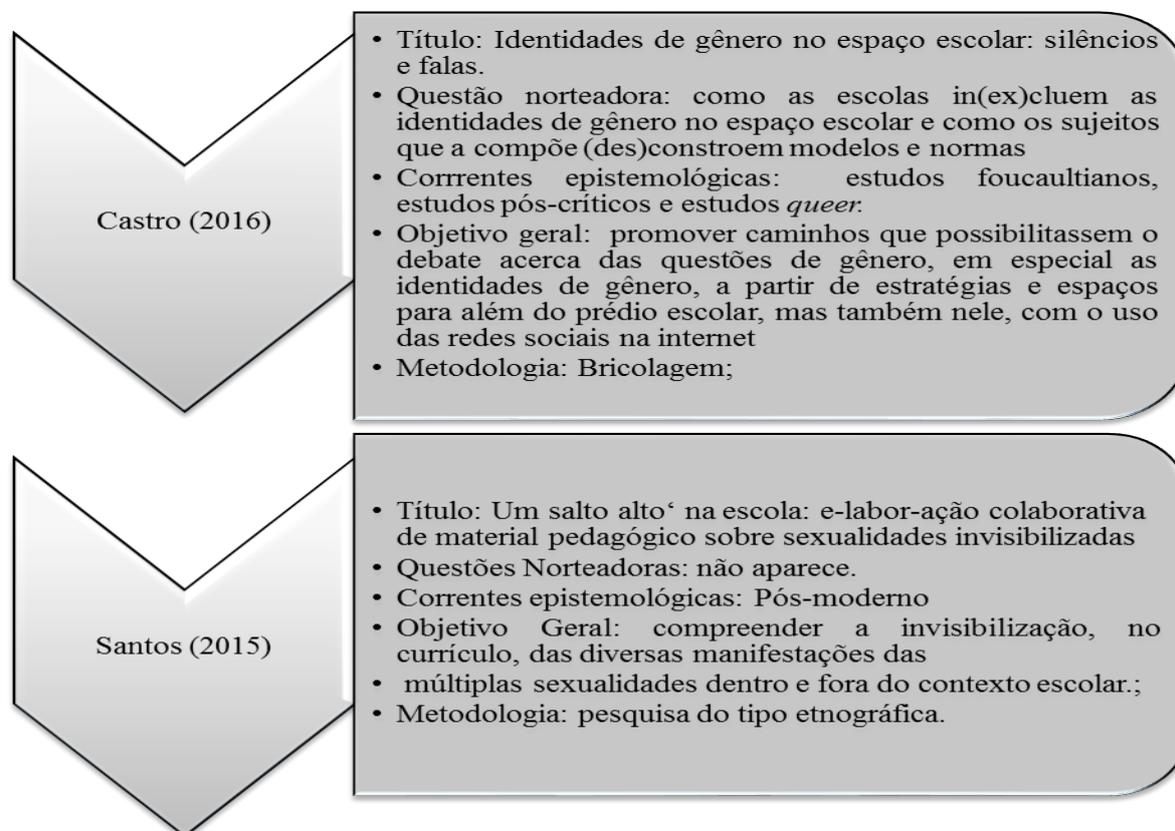
**Figura 01:** Resultados das pesquisas.



**Fonte:** Elaboração dos/as autores/as, a partir da análise do Portal da CAPES.

Diante dos 769 resultados verificamos que apenas duas (02) pesquisas discutiam os aspectos aos quais damos ênfase nesse artigo que são os trabalhos de Castro (2016) e Santos (2015), conforme espelho abaixo:

**Figura 02:** Espelho das dissertações pesquisadas no portal da CAPES



**Fonte:** Elaboração dos/as autores/as, a partir da análise do Portal da CAPES.

As duas pesquisas trazem contribuições para este artigo considerando as discussões sobre o silenciamento da identidade de gênero e a inserção de uma estudante trans, que apesar de todas as dificuldades teve o seu nome social reconhecido na escola onde estudava. Diante desse panorama, reconhecemos a importância desse estudo não só como meio para fomentar diálogos e debates, mas, especialmente, para se pensar intervenções na realidade para que, de fato, a diversidade sexual na escola seja respeitada, contribuindo para a inclusão das diversas pessoas e diferenças.

Ao analisar como a escola vê as identidades de gênero dentro da diversidade sexual nela expressada, considera-se a identidade e diferença como questão central a ser discutida neste trabalho, uma vez que os sujeitos são categorizados e estigmatizados quando não seguem o padrão de normalidade definido pela instituição escolar.

## 2 TESSITURAS DIALÓGICAS SOBRE A IDENTIDADE E DIFERENÇA

O que prevaleceu, por muito tempo, na maioria das instituições escolares foi uma visão homogeneizadora e padronizada dos conteúdos e sujeitos presentes no processo educacional, com uma pedagogia alicerçada em práticas que silenciam, excluem ou desvalorizam a realidade sociocultural e histórica de grupos sociais minoritários.

Para Santomé (2013), esse processo educativo contribui para legitimar as características da cultura dominante, conduzindo ao silenciamento dos diversos grupos culturais com práticas pedagógicas que priorizam a uniformidade e a homogeneização, processo pelo qual todos são colocados em um padrão único estabelecido, além de considerar o currículo e os saberes escolares de forma descontextualizada convergindo para o silenciamento das diferentes vozes e a negação das diferenças. Nessa perspectiva, a escola torna-se um espaço configurado como opressor, injusto e colonizador, na qual

as culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação. Entre essas culturas ausentes podemos destacar as culturas infantis, juvenis e da terceira idade, as etnias minoritárias ou sem poder, o mundo feminino, as sexualidades lésbica e homossexual, as pessoas com deficiências, entre outros grupos (SANTOMÉ, 2013, p. 157).

Com os movimentos pela redemocratização da educação no país, na década de 1980, diversos movimentos sociais problematizavam novos sentidos para a instituição escolar, no sentido de abrir espaço para a diversidade. Como exemplo, citamos os movimentos sociais feministas, de pessoas LGBTTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais e Intersexuadas), negros, dentre outros. Suas reivindicações e questionamentos eram em torno da lógica monocultural do currículo, para a adoção, pela escola, de uma perspectiva multicultural.

Segundo Sacristán (1995), a discussão sobre a integração de minorias sociais, étnicas e culturais ao processo de escolarização constitui uma manifestação concreta para a educação multicultural. Dessa forma, trata-se de assumir uma educação valorizadora da diversidade cultural e questionadora das diferenças, que considere a diversidade de universos culturais e assegure a representatividade dos grupos diversificados pela cor, gênero, condição econômica, local de moradia, entre outras expressões.

A partir da década de 1990, os debates teóricos foram marcados pelos estudos culturais e categorias do pensamento pós-moderno, as quais inserem a temática da identidade e da diferença

como uma questão central nas discussões contemporâneas. Ao definir a identidade cultural, Hall (2015) afirma existir uma “crise de identidade” e argumenta que “as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2015, p. 09). O autor ainda aborda que a identidade é construída historicamente e que o sujeito é composto não de uma única, mas de várias identidades.

Para Hall (2015, p. 11) um tipo de mudança estrutural está transformando as sociedades na contemporaneidade e, “[...] isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, de gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais [...]”. Hall (2015) destaca a fragmentação das identidades, apresentando o sujeito pós-moderno. Para ele, nesse processo, no qual as identidades são contraditórias, ou não resolvidas, e estão em constante movimento, convive um sujeito pós-moderno, descentrado, cujas identidades variáveis são transformadas continuamente, tornando-se uma “celebração móvel” (HALL, 2015, p.11). Ainda, para o autor,

o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2015, p.12).

Sobre esse processo de constituição das identidades, Woodward (2014) afirma que estas são fabricadas por meio da marcação da diferença, a qual ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. Assim, conforme a autora, a identidade não é o oposto da diferença, ao contrário, a identidade depende da diferença.

Nesta perspectiva, Silva (2014) aborda que a princípio, parece ser fácil e simples definir “identidade”, pois esta é simplesmente aquilo que somos, por exemplo: “sou homem”, “sou jovem”, “sou heterossexual”. Nessa mesma linha de raciocínio, a “diferença” também é concebida como algo que remete a si própria. “Apenas neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é”: “ela é mulher”, “ela é velha”, “ele é gay” [...] (SILVA, 2014, p. 74). O autor conclui esta posição reafirmando o exposto por Woodward (2014) explicitando que identidade e diferença estão em uma relação de interdependência e são, portanto, inseparáveis.

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2014, p. 81).

Os autores Hall (2015), Woodward (2014) e Silva (2014) nos fazem refletir sobre as transformações e a transitoriedade das identidades na modernidade tardia provocando o surgimento de novas identidades no âmbito cultural, social e sexual do ser humano.

No entanto, na sociedade contemporânea, ainda prevalece, na escola e em outras instituições, a valorização das matrizes identitárias de gênero, de raça/etnia e de sexualidade a partir de referenciais hegemônicos de um sujeito universal: adulto, masculino, branco e heterossexual e, conseqüentemente, tornou-se um espaço em que circulam preconceitos e discriminações de classe, cor, raça/etnia, sexo, gênero e orientação sexual, etc, o que fortalece a reprodução das diferenças e, das identidades sociais a partir de padrões de branquitude, masculinidade e de heteronormatividade.

Para Petry e Meyer (2011) pode-se compreender o termo heteronormatividade como aquilo que é tomado como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, para designar como norma e como normal a atração e/ou o comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes, sendo a heterossexualidade instituída como possibilidade única e legítima de expressão sexual e de gênero.

Desse modo, a fim de compreender como são vistas as identidades de gênero pela comunidade escolar e como a identidade e a diferença são produzidas, a partir de um padrão heteronormativo e sexista, é necessário considerar, neste trabalho, uma abordagem sobre gênero, identidade de gênero e diversidade sexual, visto que não há fixidez em relação às identidades e subjetividades.

### **3 UM OLHAR DIVERSO SOBRE AS IDENTIDADES DE GÊNERO E DISSIDÊNCIAS SEXUAIS**

Sobre o termo “gênero”, a historiadora Joan Scott (1995) menciona que “através dos séculos, as pessoas utilizaram de modo figurado os termos gramaticais para evocar os traços de caráter ou traços sexuais [...]” e a referencia à gramática é explícita porque o uso envolve regras formais que resultam da atribuição do masculino e feminino (Scott, 1995, p. 72). A autora aborda que o conceito de gênero surgiu inicialmente entre as feministas americanas que traziam a possibilidade de se pensar o conceito de gênero a partir das relações sociais, indicando uma contraposição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

Quando fazemos referência ao termo, em seu estudo descritivo, “gênero” acaba sendo um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. Para Scott (1995), gênero pode ser assim conceituado como “uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor

dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88).

Segundo Silva (2004), o próprio conceito de gênero é, relativamente, recente. A palavra gênero foi utilizada pela primeira vez, em 1955, para dar conta dos aspectos sociais do sexo, pois antes disso estava restrita à gramática, para designar o sexo dos substantivos. Sua definição foi ampliada e para o autor, gênero opõe-se, pois, a sexo, enquanto que este se restringe aos aspectos estritamente biológicos da identidade sexual, o termo gênero refere-se aos aspectos socialmente construídos do processo de identificação sexual.

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito, Louro (1997) refere-se a este como algo que transcende o mero desempenho de papéis sociais. Para a autora, os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, pois as suas identidades sexuais se constituem através das formas como vivenciam sua sexualidade, se com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, ocupando seus lugares sociais, suas formas de ser e de estar no mundo, no qual as identidades estão sempre se constituindo e, portanto, são passíveis de transformação.

Podemos considerar então que, de acordo com Louro (1997) “[...] não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida [...]”, que faz o sujeito ser masculino ou feminino (LOURO, 1997, p. 27). A constituição e manifestação do gênero e das sexualidades, assim como das diferentes identidades, dão-se ao longo de toda a vida, “[...] transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe [...]” (LOURO, 1997, p. 28).

No que se refere às práticas escolares, a autora menciona que se torna necessário uma desconstrução do “caráter permanente da oposição binária” masculino-feminino para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente, de formas diversas das hegemônicas. Na entrevista realizada durante a aproximação empírica numa escola, destaca-se que ainda prevalece um discurso baseado no padrão da normalidade que produz e reproduz o padrão dominante do homem ou mulher, branco/a e heterossexual, como percebemos no trecho que segue:

A questão da questão da sexualidade é algo que se define no processo de vivência, é possível encontrar sujeitos que talvez apresentem uma tendência à homossexualidade e que esta não seja sua opção, é possível encontrar sujeitos que camuflam a sua identidade de

homossexualidade por trás dos medos, então não cabe à escola incentivar o processo de determinação da sexualidade dos sujeitos, até por que eles têm uma caminhada que lá na frente no seu processo de amadurecimento, de crescimento pessoal e humano pode definir uma sexualidade, uma questão religiosa, um comportamento ético que se diferencia daquele que se manifesta na adolescência e a escola seja pontuada como um elemento que acelerou, que incentivou uma identidade da qual ele não quer mais se reconhecer (Trecho da Entrevista, 2017).

Na medida em que a escola considera a referência normativa da heterossexualidade e os padrões binários de gênero, as pessoas LGBTTTI vivenciam processos excludentes que, continuamente, reafirmam a discriminação e o preconceito no contexto escolar. A partir dessa perspectiva, Louro (1997) apresenta que,

aquilo que é silenciado — os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais - e da homossexualidade - pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda "eliminá-los/as", ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as conheçam e possam desejar-los/as. Aqui o silenciamento - a ausência da fala - aparece como uma espécie de garantia da "norma" [...]. (LOURO, 1997, p. 67 - 68).

Não sendo a construção identitária determinada biologicamente, temos aqueles indivíduos que ultrapassam as fronteiras da lógica binária de gênero macho/fêmea, masculino/feminino, contudo, tem sido difícil para as instituições sociais pensarem em múltiplas sexualidades. Essa lógica limita a sexualidade à possibilidade de vivência da heterossexualidade condicionando os sujeitos de orientação homossexual como “desviantes”, “anormais”, “doentes” que “escapam” do padrão heteronormativo, especialmente aqueles em que a identidade de gênero difere do sexo biológico dado com o nascimento: os chamados de trans, ou pessoas travestis, transexuais e transgêneras. Assim, cabe aqui, alguns questionamentos importantes considerando esses binarismos e os sujeitos que não ocupam nenhum dos lados dessa polaridade.

Desse modo, no Brasil, nas últimas décadas, a visibilização social da diversidade sexual faz eclodir discussões que foram embasadas em questionamentos sobre os saberes hegemônicos e a heteronormatização vivenciados nas relações sociais e sexuais. No campo dos movimentos LGBTTTI, uma das questões mais recorrentes entre as demandas políticas e sociais específicas é o direito à alteração de nome em documentos solicitado por travestis e transexuais.

O nome é intrínseco à pessoa humana e faz parte dos atos performáticos do cotidiano legitimando lugares, objetos, sensações e revela um papel no mundo social, profissional, afetivo, sexual e familiar, na busca pela (des)construção da identidade. Para Silva Junior (2016) o nome

social é aquele pelo qual sujeitos autodenominados travestis ou transexuais optam por serem chamados, refletindo sua expressão de gênero, em detrimento do nome de registro civil, dado em consonância com o gênero e/ou o sexo, atribuídos durante a gestação e/ou nascimento.

No contexto da legislação brasileira no âmbito municipal, estadual e federal, inúmeras são as legislações que têm regulamentado a utilização do nome social em instituições de educação, contemplando da educação básica ao ensino superior, como podemos apresentar alguns marcos, como o Decreto Federal Nº 8.727 de 28/04/2016, Art. 1º, parágrafo único; o Decreto Nº 17.523 de 23/03/2017, Art. 1º, parágrafo único, do estado da Bahia, os quais estabelecem, nos mesmos moldes, sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais. Apesar do decreto estabelecido no estado da Bahia ser datado de 2017, a Resolução Nº 120, de 05/11/2013, do Conselho Estadual de Educação (CEE), já estabelecia a inclusão do nome social nos registros escolares e acadêmicos nas instituições de ensino do referido sistema de ensino para estudantes trans.

A discussão sobre a utilização do nome social por travestis e transexuais constitui-se como uma política pública de afirmação e reconhecimento da diversidade e a legislação que o preconiza possibilita o acolhimento de subjetividades que confronta com o sistema normativo sexo/gênero e o padrão heteronormativo. Entretanto, apenas ter seu nome social reconhecido ou regulamentado em documentos não é suficiente para ter sua identidade de gênero reconhecida, pois o nome social, neste caso, precisa ser entendido como o reconhecimento de si como um ser histórico-social-cultural, portanto, marcado pela sua subjetividade, identidade e diferença.

## **NOTAS FINAIS...**

Diante da pluralidade cultural presente no contexto escolar, urge a necessidade de contrapor a tradição homogeneizante para reconhecer os diferentes sujeitos presentes em seu contexto e abrir espaços para a manifestação da “identidade e a diferença como construções sociais e culturais” (SILVA, 2014, p. 76). Para expressar a necessidade de implementação de políticas públicas que vivenciem a diversidade na escola, a profissional entrevistada revela,

Eu acho que pensar na diversidade é muito mais pensar em como isso pode ser trabalhado dentro da escola com toda a comunidade escolar [...]. Nós não podemos ter sujeitos, ter professores, ter profissionais, ter seres humanos que sabem, que estão prontos para discutir uma determinada temática, uma nova forma de abordagem, uma nova dinâmica de trabalho se eles não forem construídos e preparados para isso. Então eu acho que faltam políticas públicas de preparação, [...], falta formação (Trecho da Entrevista, 2017).

Portanto, para problematizar como as questões de gênero e diversidade sexual se manifestam na escola, como são expostas, questionadas e vivenciadas significa pensar em uma nova proposta de educação com políticas manifestadas pela/na diversidade, que inclui, dentre outras coisas, a formação de professores e ações de combate à homofobia e preconceito na escola.

Assim, torna-se necessário a desconstrução da matriz heteronormativa no contexto escolar com a inclusão e visibilidade de estudantes travestis e transexuais, pois a legitimação do nome social corresponde à socialização deles/as na escola e às suas experiências identitárias e de gênero.

De outro modo, de acordo com Silva Junior (2016), é importante atentar para o fato de que a normatização do nome social, mesmo com boas intenções, acaba sendo partícipe de uma inclusão incompleta, pois a escola somente se consolidará como um espaço de diversidade, na medida em que possibilitar o debate, a interação nas relações sociais e a transformação do sujeito, por meio de uma educação sexual referenciada nos Direitos Humanos.

Entretanto, as instâncias públicas, especialmente a municipal, as quais participamos como docentes, necessitam investir em ações de divulgação das políticas públicas e em ações de reconhecimento de direitos da população LGBTTTI, através do debate e reformulação do currículo escolar, incluindo a diversidade sexual, a formação em exercício dos profissionais para lidar com as diversidades e a reflexão e transformação das práticas pedagógicas.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE N° 120, de 05 de novembro de 2013.** Diário Oficial. Salvador, Ano XCVIII, n° 21.316, 20 dez. 2013. Disponível em: [www.educacao.ba.gov.br/system/.../resolucao-n-120-nome-social.pdf](http://www.educacao.ba.gov.br/system/.../resolucao-n-120-nome-social.pdf).

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n° 8727 de 28 de abril de 2016.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm). Acesso em 17/05/17.

CANEN, Ana; MOREIRA, Antônio Flávio B. **Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente.** Educação em Debate, Fortaleza, Ano 21, Vol. 2, N° 38, p. 12-23, 1999.

CASTRO, Nathalie Nunes D. de. **Identities de gênero no espaço escolar:** silêncios e 'falas' 03/05/2016 126 f. Mestrado em Educação, Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana – BA, Biblioteca Depositária: BCJC.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções de nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação, v. 22, n. 2, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade,** 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Heteronormatividade e homofobia. IN: JUNQUEIRA, Rogério D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de. **O/a diretor/a não viu, a pedagoga não ouviu e a professora não quer falar: discursos docentes sobre diversidade sexual, homofobia e “Kit Gay”**. 2013. 260 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2013.

PALACIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Decreto Nº 17.523 de 23/03/2017**. Disponível em: [http://diarios.egba.ba.gov.br/html/DODia/DO\\_frm0.html](http://diarios.egba.ba.gov.br/html/DODia/DO_frm0.html). Acesso em 17/05/17.

PETRY, Analídia R; MEYER, Dagmar E.E. **Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011.

SACRISTÁN, J. G. Currículo e Diversidade Cultural. IN: SILVA, Tomaz T. da; MOREIRA, Antônio F. (Orgs). **Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**, 3ª ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANTOMÉ, Furjo. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. IN: SILVA, Tomaz T. da (Org). **Aliénigenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**, 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 155 – 172.

SANTOS, Jaciel Alves dos. **Um salto ‘alto’ na escola: e-laboração colaborativa de material pedagógico sobre sexualidades invisibilizadas** 16/10/2015 86 f. Mestrado Profissional em Currículo, linguagens e inovações pedagógicas. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária.

SCOTT, J. **“Gênero uma categoria útil de análise histórica”**. IN: Educação & Realidade. Vol. 20, n 2. Porto Alegre, 1995.

SILVA JUNIOR, Jonas A. da. **Direitos à meia luz: regulamentação do uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 173-189, jan./abr. 2016.

SILVA, Tomaz T. da. A produção social da identidade e diferença. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**, 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.